CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Distribuição gratuita
Publicação Bimestral

N.º 109
Março / Abril 2022
Directora: Adélia Vilas Boas

# Voz da Terra




# GRANDE ACÇÃO DE PROTESTO
## PROMOVIDA PELA CNA E FILIADAS EM BRAGA!

CADERNO TÉCNICO: AGRO-ECOLOGIA

Co-financiado por:
PDR 2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014·2020
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais

## SUMÁRIO

**FICHA TÉCNICA** ..... 2

**EDITORIAL**

A Agricultura Familiar e o Mundo Rural estão na rua para afirmar "Queremos Produzir"! ..... 3

**DESTAQUE**

Grande Manifestação da CNA e Filiadas em Braga ..... 4-5
A luta continua, de Norte a Sul do país ..... 6-8

**CADERNO TÉCNICO**

Agro-ecologia ..... 9-22

**BOLETIM DE PREÇOS** ..... 23-24

**NOTÍCIAS**

CNA recebida pela Ministra da Agricultura e da Alimentação ..... 25
É preciso dar resposta às dificuldades que as Mulheres enfrentam ..... 27
BALADI promove VII Conferência Nacional dos Baldios ..... 28
Três novos manuais "e-Formar Jovens Agricultores" ..... 28

**INTERNACIONAL**

17 de Abril, Dia Internacional da Luta Camponesa ..... 29
ECVC exige defesa da Soberania Alimentar ..... 29

**ENTREVISTA**

José Miguel Gonçalves - A Agricultura Familiar e os jovens agricultores no Mundo Rural ..... 30-31

A **CNA** está filiada na
**Coordenadora Europeia Via Campesina**

**CNA**
Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

**FICHA TÉCNICA**

**Propriedade e Edição**
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
NIF: 500817812

**Morada / Sede da Redacção**
Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 COIMBRA
Tel.: 239 708 960
E-mail: cna@cna.pt – URL: www.cna.pt

**Delegação em Lisboa**
Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º- Dtº
1100-288 LISBOA

**Delegação em Vila Real**
Rua Marechal Teixeira Rebelo,
Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158
5000-525 VILA REAL
Tel.: 259 348 151 – Fax: 259 348 153
E-mail: cnavreal@sapo.pt

**Delegação em Évora**
Rua 5 de Outubro, 75 – 7000-854 ÉVORA
Tel.: 266 707 317
E-mail: ruralentejo@sapo.pt

**Delegação em Bruxelas**
Rue Grisar 38, 1070 Anderlecht, BRUXELAS
Tel.: 0032 22173112 - 0032 22184509

**Título**
Voz da Terra

**Directora**
Adélia Vilas Boas

**Fotos**
Arquivo da CNA

**Redactores da Separata "Caderno Técnico"**
Cláudia Filipe, Cristiana Lopes e Ricardo Cabral

**Periodicidade**
Bimestral

**Tiragem**
10 000 exemplares

**Depósito Legal**
N.º 117923/97

**Registo na ERC**
123631

**Composição, Paginação e Impressão**
Digipress, Lda.
Sede do impressor
R. da Fábrica 260, 4585-013 Baltar - Paredes

*Os textos assinados são da responsabilidade dos autores*

**Estatuto Editorial**
Disponível em: *http://www.cna.pt*

# A Agricultura Familiar e o Mundo Rural estão na rua para afirmar "Queremos Produzir"!

Nos dois meses a que corresponde esta edição da Voz da Terra, as dificuldades que já se sentiam na agricultura nacional agravaram-se de forma drástica. Os grandes aumentos no gasóleo, nas peças para máquinas, nos adubos, nas rações, nos fitofármacos ou nas sementes, intensificaram-se e deixaram os agricultores numa situação muito difícil.

Como se não bastassem as dificuldades que vinham desde a pandemia de COVID-19, da situação de seca, ou dos prejuízos causados pelos javalis e outros animais selvagens, a guerra na Ucrânia e as sanções económicas trouxeram novos problemas aos agricultores. E o aproveitamento especulativo de toda a situação não se fez esperar.

Neste contexto de dificuldades agravadas, a CNA e Filiadas não poderiam – como nunca o fizeram – ficar caladas ou baixar os braços.

Sempre com os Agricultores, e na defesa dos seus direitos e interesses, e também com a bandeira da defesa da Soberania Alimentar do país, a CNA e Filiadas promoveram uma grande iniciativa de protesto em Braga, a 24 de Março.

Para denunciar a exploração pelo grande agro-negócio e pela especulação e para mostrar a indignação face à gritante insuficiência de medidas adequadas por parte do Governo e do Ministério da Agricultura para travar a ruína da Agricultura Familiar tão necessária para garantir a alimentação do país – quando mais uma vez a fragilidade dos sistemas alimentares baseados no comércio internacional expõem os perigos da dependência do exterior.

E também por isso, para além da denúncia, os agricultores e as agricultoras em Braga afirmaram "queremos produzir"! O país está em condições de produzir mais, de dar passos decididos no sentido da garantia de níveis adequados de abastecimento de produtos fundamentais, desde que aos agricultores sejam asseguradas condições para produzir. Essas condições exigem medidas urgentes e exigem outras e melhores políticas agro-rurais.

Depois da Manifestação de Março em Braga, seguiu-se um Abril de luta com iniciativas promovidas pelas Filiadas da CNA. Frutos do 25 de Abri de 1974, de há 48 anos, que despoletou a organização e a luta junto dos agricultores e populações rurais em torno da defesa de direitos e da resolução de problemas concretos, melhorando significativamente as condições de vida e de trabalho dos Agricultores e do Povo Português em geral.

Hoje, pairam sobre os pequenos e médios agricultores dificuldades extremas.

Perante a ausência de outras e melhores políticas agro-rurais que defendam o direito a produzir e a viver com dignidade no campo, a luta da CNA e Filiadas continua firme, em defesa das conquistas proporcionadas pelo 25 de Abril.

Em defesa da Agricultura Familiar e do Mundo Rural!

Em defesa da Produção Nacional e da Soberania Alimentar do País!

O Executivo da Direcção da CNA



25 de Abril 2022 | Coimbra

# Mil agricultoras e agricultores numa grande acção de protesto da CNA e Filiadas em Braga!

Numa grande manifestação promovida pela CNA e Filiadas em Braga, a 24 de Março, na abertura da feira AGRO, cerca de mil agricultores denunciaram que estão a ser explorados e arruinados, reclamaram escoamento da produção a preços justos e combate à especulação com os custos de produção.

Agricultores e agricultoras de diversas regiões afirmaram que não conseguem escoar a produção, quando vendem é a preços muito baixos e que a grande distribuição fica com a maior parte do que os consumidores pagam pelos alimentos.

Simultaneamente, os preços dos combustíveis, da electricidade, das rações, dos fertilizantes, das peças para máquinas e de tudo aquilo que os agricultores precisam para produzir aumentaram 100%, 200% ou até 300%, aumentos com um forte teor especulativo!

**QUEREMOS PRODUZIR!**

Perante as dificuldades, quando praticamente pagam para produzir e se questionam se vale a pena semear, as agricultoras e os agricultores familiares afirmaram bem alto nas ruas de Braga: queremos produzir!

Com a certeza de que o seu trabalho é fundamental para alimentar o país, reclamaram a adopção, urgente, de políticas agro-rurais que lhes permitam continuar a produzir e a viver com dignidade.

Desde logo, como é **reclamação da CNA e Filiadas, a criação de uma lei que proíba as vendas com prejuízo ao longo de toda a cadeia agro-alimentar**, de forma a não ser permitido pagar aos agricultores abaixo daquilo que lhes custa produzir.

É igualmente urgente combater a especulação e o aumento desenfreado dos custos de produção, através da regulação do preço dos combustíveis e de mecanismos que permitam que os restantes custos não subam mais do que aquilo que possa ser suportado pelos agricultores.

Os prejuízos por causa da seca e as medidas insuficientes do Ministério da Agricultura pioram a vida aos agricultores. Faltam apoios a fundo perdido pela perda de rendimentos e a concretização da "electricidade verde", por exemplo, que incompreensivelmente ainda não saiu do papel… assim como também praticamente só está no papel o Estatuto da Agricultura Familiar.






A grande iniciativa da CNA e Filiadas em Braga é também uma afirmação de que – com as agricultoras e com os agricultores – continuaremos a lutar por outra Política Agrícola Comum (PAC), em defesa dos Baldios, por indemnizações pelos prejuízos causados nas culturas por animais selvagens, pela realização de eleições na Casa do Douro e pela valorização do papel das mulheres agricultoras e rurais.




As razões de protesto são muitas, mas animados pelo papel determinante que os agricultores familiares têm no caminho para alcançar a Soberania Alimentar do país, a luta que saiu à rua em Braga continuará a cada dia no trabalho no campo e no trabalho de proposta e reclamação da CNA e Filiadas.

**Aprovadas "15 Medidas Urgentes"**

Na parte final da Manifestação foi aprovada uma moção enviada posteriormente para diversos Órgãos de Soberania, incluindo a Ministra da Agricultura, a quem a CNA teve oportunidade de reforçar propostas e reclamações, numa audiência a 19 de Abril.

Sem a rápida aplicação destas medidas, a Lavoura vai continuar a acumular problemas e dificuldades, muitas explorações serão forçadas a encerrar e ficará cada vez mais comprometida a Soberania Alimentar do país.

Por isso, a CNA e Filiadas, sempre com os Agricultores, continuarão atentas e interventivas, pela aplicação destas e de outras medidas, em defesa da Agricultura Familiar e por um Mundo Rural vivo, em defesa da Produção Nacional e da Soberania Alimentar do país!




Saiba mais em: www.cna.pt

# A luta continua, de Norte a Sul do país, pelo direito a produzir e a viver com dignidade

Depois da grandiosa acção de luta promovida pela CNA em Braga, têm sido diversas as iniciativas promovidas pelas filiadas da Confederação, de Norte a Sul do País, para denúncia da situação difícil que vive a Agricultura Nacional.

A situação muito preocupante em que está colocada a Soberania Alimentar do país e as dificuldades concretas dos agricultores são factores de grande descontentamento e mobilizadores de lutas e reclamações pela melhoria de rendimentos.

## Agricultores familiares no distrito de Leiria em defesa do seu trabalho

A União dos Agricultores do Distrito de Leiria (UADL) promoveu iniciativas de protesto e reclamação nos mercados de Porto de Mós (1 de Abril), Louriçal (10 de Abril) e S. Mamede (20 de Abril), estando previstas acções noutras localidades.

Quando aumenta tudo o que faz falta aos agricultores para produzir e só não aumentam os preços na produção, a UADL reclama ao Ministério da Agricultura que olhe pelos pequenos e médios agricultores e que apoie, sem mais demoras, a Agricultura Familiar.

Esse apoio deve começar, desde logo, pela regulação dos mercados e da produção, questão essencial para assegurar que os agricultores não são explorados pelos intermediários e pela grande distribuição, nem pelos especuladores que encarecem os custos de produção.

A falta de médicos de família nalgumas freguesias do concelho e de outros serviços públicos é outro dos problemas que dificultam a vida aos agricultores e às populações rurais e que exigem uma resolução urgente.

Dirigindo as suas reclamações ao Governo e ao Ministério da Agricultura, a UADL promoveu estas iniciativas junto aos mercados locais de forma a sensibilizar a opinião pública e o poder político para a importância de apoiar a Agricultura Familiar, para que os pequenos e médios agricultores possam continuar a garantir o abastecimento de proximidade e qualidade à população.



## Marcha Lenta de Tractores em Ovar por rendimentos dignos para a Agricultura Familiar

Dezenas de agricultores protestaram a 6 de Abril, em Ovar, contra o escandaloso aumento dos custos dos factores de produção e reclamaram medidas urgentes por parte do Ministério da Agricultura e da Alimentação e do Governo para travar esta situação insustentável.

A iniciativa promovida pela União dos Agricultores e Baldios do Distrito de Aveiro (UABDA), com o apoio da CNA, juntou dezenas de tractores e máquinas agrícolas em marcha lenta desde Válega até à Câmara Municipal de Ovar.

Os agricultores reafirmam aquilo que há muito denunciam: esta situação não pode continuar. Pagam muito para produzir, recebem pouco quando vendem o que produzem e, mesmo assim, os consumidores veem o preço do seu "cabaz" aumentar. Neste sentido, uma das medidas aprovadas na moção entregue ao Presidente da Câmara reclama "a criação de uma lei que proíba as vendas com prejuízo ao longo de toda a cadeia agro-alimentar" e a "regulação e fiscalização da actividade da grande distribuição", que fica com a grande parte do que os consumidores pagam pela sua comida e domina a comercialização de bens agro-alimentares.

Como refere a UABDA, "os produtores são quase chantageados para vender a preços baixos" e se não forem tomadas medidas, o ritmo de encerramento forçado de explorações agrícolas vai aumentar e com menos agricultores o país fica cada vez mais dependente do exterior para pôr comida na mesa da população.



## Marcha Lenta de Tractores na cidade do Fundão

Tractores e máquinas agrícolas desfilaram a 18 de Abril, entre o Parque Industrial do Fundão até ao centro da cidade, numa iniciativa de luta organizada pela Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco (ADACB).

A jornada correspondeu às necessidades sentidas pelos agricultores albicastrenses de fazer ouvir a sua voz e de reclamar medidas de apoio face às dificuldades que se têm agravado de forma drástica.

"A opção pela redução do défice orçamental, a epidemia de COVID-19, a seca e os mais recentes acontecimentos com a guerra na



Ucrânia provocaram uma escalada especulativa dos preços dos factores de produção agravando a débil situação financeira dos agricultores e as medidas várias vezes anunciadas para mitigar os impactos no sector agrícola tardam em chegar", denuncia a ADACB.

"Os fertilizantes que custavam 390€ a tonelada custam agora 900€", "Não sei se nos vamos aguentar. Nós temos de trabalhar 365 dias por ano, deviam dar mais valor aos agricultores"... estes são alguns dos desabafos de agricultores, que reclamam medidas urgentes capazes de acudir à situação. As suas reclamações foram compiladas numa moção enviada ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e à Ministra da Agricultura e Alimentação.

## Agricultores do Baixo Mondego em Marcha Lenta desde Montemor-o-Velho até Coimbra

Agricultores do Baixo Mondego realizaram a 29 de Abril uma Marcha Lenta entre Montemor-o-Velho e Coimbra, com mais de 50 de tractores, numa iniciativa de protesto promovida pela Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra (ADACO), filiada na CNA, e por uma Comissão de Agricultores, para denunciar os problemas sentidos na região e reclamar ao Governo e ao Ministério da Agricultura medidas concretas e urgentes.

As despesas são muitas e as ajudas anunciadas não chegam aos agricultores. Outras, como a isenção do IVA nas rações e fertilizantes, apesar de positivas, para aqueles que estão em regime de IVA traduzem-se apenas em alguma folga de tesouraria... Ajudas de facto eficazes, essas tardam em chegar.

Muitos agricultores estão em grandes dificuldades, pois as sementeiras não esperam pela concretização das medidas e para lançar as sementes à terra para a próxima campanha há que comprar o necessário para uma boa colheita.

Despesas feitas, não se sabe a quanto se vai vender ou sequer se se vai conseguir escoar a produção.

Acresce que os preços pagos à produção continuam baixos, muito esmagados pela "ditadura" da grande distribuição.

Depois de percorrerem 30 km em marcha lenta, os agricultores concentram-se junto à delegação da Direcção Regional de Agricultura e Pescas (DRAPC), em Coimbra, e entregaram ao director-regional uma exposição dirigida ao Primeiro-Ministro, à Ministra da Agricultura e outros Órgãos de Soberania.

Na exposição, os agricultores, reclamam, entre outras medidas, a regulação dos preços dos factores de produção, a criação de mecanismos para que os preços à produção sejam justos, ou que o Governo assuma a responsabilidade de seguros agrícolas públicos.

A inciativa terminou com uma acção de sensibilização para a importância de defender a agricultura nacional, com os agricultores a distribuirem um folheto à população.





# Agro-ecologia

"Não há Soberania Alimentar sem agro-ecologia. E certamente que a agro-ecologia não durará sem uma política de Soberania Alimentar que a sustente".

*Jlbrahima Coulibal*
*(CIDSE – Aliança Internacional das Agências Católicas de Desenvolvimento, 2018)*

***Por Cláudia Filipe, Cristiana Lopes e Ricardo Cabral***

Co-financiado por:

PDR 2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
*A Europa Investe nas Zonas Rurais*

## Enquadramento

O sistema produtivo agro-industrial e as falsas "soluções verdes" para a agricultura não têm sido solução para os problemas do mundo, sendo até responsáveis pelo seu agravamento, tais como, o aumento progressivo da desertificação das zonas rurais, a perda de biodiversidade e disponibilidade em virtude da monopolização das sementes e raças, a degradação do solo, a proliferação de doenças e pragas, a desflorestação ou a contaminação de água. Estes problemas causam efeitos disruptivos no sector agrícola já que o desempenho deste é fortemente influenciado por estas mudanças.

Construir outros e novos modelos de produção e consumo é um imperativo assim como adoptar políticas públicas que os suportem. O modelo agro-ecológico que apresentamos neste artigo pretende responder holisticamente a este problema, promovendo a independência do agricultor e incrementando a produção local e diversificada, através das variedades autóctones, aliada também à inovação e à capacidade produtiva das comunidades locais, do saber e da partilha descentralizada de saberes entre agricultores.

## O que é a Agro-ecologia?

A agro-ecologia é a prática milenar que visa a produção de alimentos saudáveis, com a protecção e parcimónia no uso dos recursos e respeito pelas pessoas. Foi violentamente afrontada pela crescente aposta num modelo agrícola extractivista, intensivo e monocultural, que usa frequentemente produtos químicos de síntese, delapidador dos recursos naturais e da biodiversidade, vinculado à grande distribuição de bens agro-alimentares responsáveis pela extinção de muitas explorações agrícolas familiares em Portugal e no mundo (CNA, 2021).

Como resposta, o modelo agro-ecológico tem uma visão de futuro que assenta numa abordagem **científica** dos agro-ecossistemas produtivos e dos sistemas alimentares, **popular,** baseada no movimento associativo da agricultura camponesa assente na cultura e na tradição, com princípios de justiça social, económica e **ambiental** (Wezel et al., 2020).

A abordagem agro-ecológica envolve os agro-ecossistemas e os sistemas alimentares, solidificando um conjunto de princípios e práticas que consideram a exploração agrícola, o sistema alimentar e a comunidade como um todo e o contributo para pensar, inovar,



transformar, distribuir e facultar o consumo de alimentos sem esquecer as relações da sociedade e da natureza (CIDSE, 2018).

Importa referir e desmistificar: a agro-ecologia não é um modelo do passado, mas antes a definição de um caminho com futuro para o planeta. Como refere a Comissão dos Recursos Naturais do Comité para as Regiões Europeu "…a agro-ecologia não constitui um regresso ao passado, na medida em que é mais complexa do que as práticas agrícolas baseadas em produtos químicos e no petróleo, consistindo antes numa agricultura inteligente que combina desempenho ambiental, económico e social, recorrendo a práticas agronómicas e sociais que resultam de experiências inovadoras, de um saber-fazer e da investigação pública;" no que respeita às sementes "… a homogeneidade e a uniformização das sementes são nocivas para a biodiversidade…" e que, na produção pecuária "…a qualidade de vida dos criadores de gado e o bem-estar dos animais são indissociáveis e merecem uma abordagem alternativa da pecuária, em que o criador de gado deixa de vender com prejuízo e respeita os seus animais porque está próximo deles…" e que economicamente "…as explorações especializadas que adquirem grandes quantidades de *inputs* (petróleo, fertilizantes, pesticidas, antibióticos, etc.) são amiúde economicamente vulneráveis…" (RCE, 2021).

Assim, profundamente ligado à terra, às condições edafoclimáticas e às gentes, o modelo agro-ecológico é indissociável do reconhecimento do papel da Agricultura Familiar e da Soberania Alimentar, isto é, do direito de cada povo decidir o que produzir e de que forma.



**O papel dos Movimentos Camponeses**

O conceito foi abraçado e fortalecido no seio do maior movimento camponês internacional – La Via Campesina – e concretizado pelos agricultores e camponeses.

Como datas de referência importa reportar o Fórum Mundial pela Soberania Alimentar decorrido no Mali, em 2015, do qual saiu a Declaração de Nyéléni que define as linhas estratégicas para a construção, defesa e fortalecimento da agro-ecologia.

Também os Princípios consagrados na "Declaração dos Direitos dos Camponeses e outras Pessoas que trabalham nas Zonas Rurais", aprovada na Assembleia Geral da ONU em Dezembro de 2018, culminando uma luta de 17 anos iniciada pela Via Campesina e que foi ganhando cada vez mais apoiantes, dá orientações claras no caminho da construção da Agro-ecologia.

**A proposta agro-ecológica**

A proposta agro-ecológica tem como objectivo central manter os agro-ecossistemas equilibrados. Isto é, construir modelos com menor necessidade de recurso a factores de produção externos à exploração agrícola, como são exemplo as rações, os adubos, as sementes, o combustível, entre outros. Assim, reforça a autonomia das explorações agrícolas e tem um menor impacto ambiental, já que reduz a poluição do ar e da água, recupera biodiversidade, assegura a fertilidade dos solos e garante o acesso a uma alimentação saudável (CRE, 2021).

A título de exemplo, a proposta agro-ecológica considera:

- **Um maior número de explorações agrícolas de pequena e média dimensão** e a interligação entre as explorações e produtores (mais emprego, mais instalação de jovens agricultores);
- Geração e manutenção de **solos vivos** (fitossanidade, sequestro de carbono e água);
- As **condições edafoclimáticas e agro-climáticas na escolha das produções,** variedades, espécies e na definição de planos de produção;
- Na **pecuária** a produção é feita à escala humana, preferencialmente em regime extensivo com autonomia na alimentação dos animais;
- Na **comercialização** uma relação estreita com a população com cadeias de abastecimento mais curtas e maior transformação local.





## Os 10 princípios da agro-ecologia

O modelo agro-ecológico promove princípios e valores de aplicação generalizada, mas que devem ser interpretados e integrados nos diversos ecossistemas, permitindo uma transformação agro-ecológica progressiva, justa e digna para os agricultores e população em geral (CIDSE, 2018).

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/UN) publicou recentemente os 10 Elementos da Agro-ecologia, enquadrado no Guia de transição para sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis.

Como se pode observar na Figura 1 os elementos estão inter-relacionados e são interdependentes.

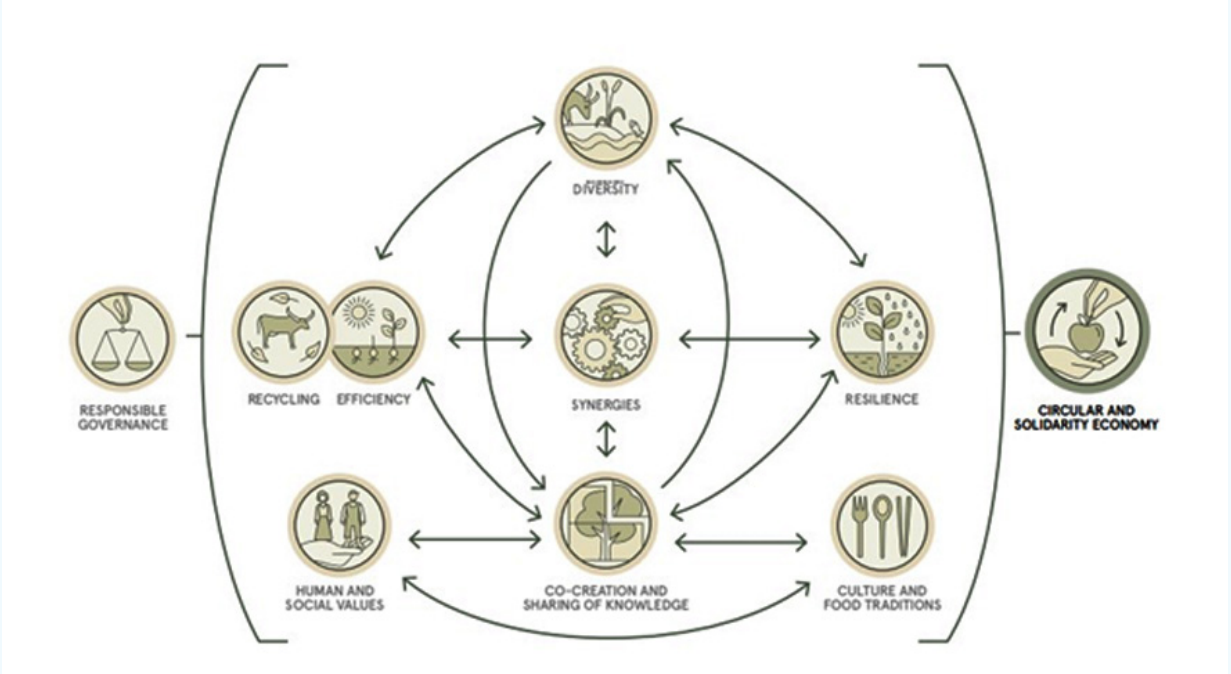



Figura 1 – Os 10 elementos da Agro-ecologia: (da esquerda para a direita, de cima para baixo: responsabilidade e governança; reciclagem; eficiência; valores humanos e sociais; diversidade; sienergias, co-criação e partilha de conhecimento; resiliência; tradições culturais e alimentação; economia circular e solidária) (FAO, 2018).

**1. Diversidade.** *A agro-ecologia propõe agro-sistemas diversos em termos espaciais, (ex. sistemas agro-florestais, agro-pecuária, silvo pastorícia, consociação de culturas), temporais (ex. sucessão de culturas) ou alimentares.*

A diversificação deve ser promovida e contribui para a segurança alimentar e nutricional, já que permite conservar, proteger e melhorar os recursos naturais.

**2. Co-criação e partilha de conhecimento.** *Constrói e difunde conhecimentos valorizando o conhecimento popular e a tradição, e procura soluções adaptadas, juntando a tecnologia e a inovação (conhecimento científico) ao saber local.*

A co-criação e a partilha de conhecimento é central no processo de desenvolvimento e implementação de inovações agro-ecológicas para enfrentar os desafios, também num contexto de adaptação às mudanças climáticas. Desta forma, garante-se **a combinação do conhecimento tradicional e local com o conhecimento, investigação e prática científica.** O conhecimento dos agricultores sobre a agro-biodiversidade e a experiência de gestão em contextos específicos, bem como o conhecimento dos mercados e das interligações são elementos essenciais desse processo.



**3. Sinergias.** *Agro-sistemas diversos que tiram partido de complementaridades entre diferentes culturas, produções pecuárias ou da floresta.*

Potenciar complementaridades entre as funções dos sistemas produtivos e alimentares diferenciados favorece a produção de bens agrícolas e dos serviços de ecossistema (ex. manutenção do ciclo da água).

**4. Eficiência.** *Melhor uso dos recursos naturais, diminuindo a necessidade de recursos externos à exploração agrícola e os impactos negativos no ambiente.*

A agro-ecologia tem como objectivo transformar os sistemas agrícolas: de sistemas com elevado recurso de factores de produção externos (inputs): sementes, adubos, fertilizantes, correctivos, para sistemas que reduzam esta dependência e que privilegiem a informação e conhecimento, tendo como objectivo desenvolver sistemas altamente produtivos.

**5. Reciclagem.** *Aumentar a eficiência da exploração agrícola depende da capacidade de reciclar nutrientes, fechar ciclos e minimizar a poluição.*

As práticas agro-ecológicas imitam os ecossistemas, apoiando-se no desenvolvimento de processos biológicos que impulsionam a reciclagem de nutrientes, biomassa e água, aumentando a eficiência do uso dos recursos que favorece a produção agrícola.

**6. Resiliência.** *Sistemas biodiversos apresentam maior resistência a perturbações, tal como a diversificação do mercado reduz a exposição à volatilidade de preços.*

A manutenção do equilíbrio funcional dos agro-ecossistemas, aumentada pela diversificação, fortalece a capacidade de resistir a choques como sejam eventos climáticos extremos (ex. seca, inundações ou tempestades) ou a resistência a ataques de pragas e doenças.

**7. Valores sociais e humanos.** *Garantir a dignidade, igualdade, inclusão e a justiça social são valores fundamentais para o desenvolvimento das comunidades.*

A agro-ecologia enfatiza os valores humanos e sociais e a inclusão. Melhorar o rendimento e a igualdade nas áreas rurais é elementar para alcançar sistemas alimentares sustentáveis. Assim, aborda a igualdade criando oportunidades, em especial, para mulheres e jovens. Ao promover a autonomia e as capacidades de adaptação de gestão dos agro-ecossistemas, as abordagens agro-ecológicas preparam as comunidades com os meios necessários para eliminar a pobreza, a fome e a desnutrição.

**8. Cultura e tradição alimentar.** *Construção de relações mais harmoniosas entre a produção e o consumo com vista à realização do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas.*

A agricultura e a alimentação são parte do património da Humanidade. A agro-ecologia contribui para a agricultura sustentável e para a segurança alimentar e nutricional, mantendo ecossistemas saudáveis, apoiados em dietas que lembram valores culturais e hábitos alimentares.

**9. Governança.** *São necessárias políticas públicas transparentes e inclusivas, para apoiar agricultores na transformação e garantir o acesso equitativo a recursos naturais.*

A agro-ecologia requer mecanismos de governança responsáveis, e em diferentes escalas, que garantam a eficácia das acções, mas que ao mesmo tempo apoiem as transições para sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis.

**10. Economia circular e solidária.** *Estimular mercados de cadeia curta, aproximando produtores de consumidores, e contribuindo para a dinamização das economias locais.*

Economias circulares e solidárias que ligam produtores e consumidores oferecem soluções sustentáveis e inovadoras, promovem a base social para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.



**Evolução dos princípios agro-ecológicos**

Importa referir a evolução que os princípios agro-ecológicos têm sofrido e da enorme possibilidade de irem sofrendo alterações e adaptações pelos agricultores e pelas populações.

Por exemplo, o novo conjunto consolidado de 13 princípios alinhados e complementares aos 10 elementos da agro-ecologia desenvolvidos pela FAO (HLPE 2019), que apresentamos: *reciclagem; redução de consumos; saúde do solo; saúde animal; biodiversidade; sinergia; diversificação económica; co-criação de conhecimento; valores sociais e dietas; justiça; conectividade; governança da terra e dos recursos naturais; participação. A* diferença é que dão mais destaque ao solo e à saúde animal e distinguem biodiversidade de diversificação económica, para além de que identificam quatro pontos-chave: diversidade; economia circular e solidária; co-criação e partilha de conhecimento; e governança responsável para permitir caminhos plausíveis de mudança transformadora em direcção à agricultura sustentável e sistemas alimentares (Wezel et al. 2020).

Também a Coordenadora Europeia Via Campesina (ECVC, 2022) fez publicar recentemente um documento com origem



no grupo de trabalho de Agro-ecologia e a articulação dos Jovens da ECVC, com base no Fórum Internacional Nyéléni de Agro-ecologia, Pilares e Princípios da Declaração de Agro-ecologia da ECVC, em que define 11 princípios da agro-ecologia, que apresentamos de seguida:

1. Aplicação fluída e harmoniosa em todos os territórios;
2. Ecológico e de baixo consumo;
3. Político, social e determinado pelas comunidades;
4. Direitos colectivos e acesso aos bens comuns;
5. Horizontalidade e diversidade na aprendizagem;
6. Ligação espiritual e não mercantilizada com a terra;
7. Solidariedade e acção colectiva;
8. Autónomo e justo, baseado numa economia social e solidária;
9. Desafia e transforma as estruturas de poder global;
10. Igualdade de poder e de remuneração entre género e estruturas;
11. Oportunidades para jovens em áreas rurais.

**Instrumentos de política pública**

***A Política Agrícola Comum (PAC)***

Para que ocorra a transformação agro-ecológica, o Comité Europeu para as Regiões recomenda, por exemplo, que os pagamentos directos sejam dirigidos prioritariamente às pequenas e médias explorações agrícolas e apresenta exemplos de práticas agro-ecológicas concretas que podem ser consideradas na PAC e adaptáveis aos Estados-Membro (CRE, 2021):

• A diversificação das culturas, que cria explorações menos vulneráveis a riscos naturais ou sectoriais;

• Maior intervalo entre rotações e associações de plantas que geram benefícios agrícolas mútuos;

• Instalação de infra-estruturas agro-ecológicas: árvores, sebes, charcos, habitats com pedras (muros) em torno das parcelas;

• Cultivo de leguminosas, culturas fixadoras de azoto;

• Utilização de ampla gama de espécies e variedades na exploração agrícola;

• Cobertura dos solos que previna a erosão;

• Reapropriação das sementes camponesas e de raças autóctones, mais bem-adaptadas às especificidades edafoclimáticas dos territórios;

• A policultura combinada com a actividade pecuária.

• Medidas que priorizem:

» métodos de produção agro-ecológicos, incluindo a agrossilvicultura;

» circuitos curtos de comercialização;

» formação e aconselhamento no domínio da agro-ecologia, da agrossilvicultura e da agrossilvopastorícia.

No âmbito da definição do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, os Estados-Membro (EM) estão obrigados a definir medidas que melhorem o desempenho ambiental dos beneficiários da PAC.

Desta forma, considera a Comissão Europeia que, a par da operacionalização da Estratégia do Prado ao Prato, um dos modelos que os EM podem definir é a agro-ecologia já que está associada a práticas agrícolas que desempenham um papel importante na preservação do ambiente, apresentando alguns exemplos de práticas possíveis a adoptar pelos agricultores (enquadrado num regime obrigatório ou voluntário) (RRN@2022):

• Rotação de culturas com leguminosas;

• Cultura de cobertura entre as fileiras de árvores em culturas permanentes – pomares, vinhas, oliveiras – (condicionalidade reforçada);

• Cobertura do solo no Inverno e culturas intercalares (condicionalidade reforçada);

• Sistema pecuário baseado em pastagem de baixa intensidade;

• Uso de culturas/variedades de plantas mais resilientes às mudanças climáticas;

• Espécies mistas/prados diversos de pastagens permanentes para fins de biodiversidade (polinização, pássaros, matérias-primas para caça);

• Melhor cultivo de arroz para diminuir as emissões de metano (por exemplo, técnicas alternadas húmidas e secas);

• Práticas e padrões estabelecidos pelas regras de agricultura biológica.

*Agenda para a Inovação 20l30*

Também no âmbito da Agenda para a Inovação para a Agricultura, publicada a 13 de Outubro de 2020, o Governo português delineou os Eixos Estratégicos para a próxima década e incluiu a “valorização e gestão sustentável dos recursos naturais e genéticos” no quadro do desenvolvimento de Territórios Sustentáveis (IE 6) (RCM, 2020). É neste enquadramento que o modelo agro-ecológico é considerado como um dos sistemas de produção mais sustentáveis, a par de outros modelos.



**O papel da Agricultura Familiar na afirmação do modelo agro-ecológico em Portugal**

Na perspectiva da CNA a agro-ecologia é indissociável da promoção da Agricultura Familiar e da Soberania Alimentar, isto é, do direito de cada povo a decidir o que produzir para assegurar o sustento económico e alimentar das populações, assente nas 3 vertentes e nos 10 Princípios da FAO/UN (CNA, 2021).

A Agricultura Familiar portuguesa tem por base alguns dos princípios da agro-ecologia, como seja o respeito pelos recursos naturais, a adaptação aos ecossistemas, o recurso a alternativas à importação massiva de factores de produção com base no seio do conhecimento tradicional (ex. utilização de sargaço/estrume para fertilização de terras na substituição de adubos), suporta-se na cultura e nas comunidades locais e promove um património genético vasto, uma agro-bio-diversidade única e uma diversidade alimentar rica, essencialmente assente num modelo de comercialização local (ex. feiras e mercados tradicionais).

Desta forma é fundamental ampliar o debate sobre agro-ecologia em Portugal, trabalhar para o reconhecimento institucional do modelo, construir políticas públicas que promovam e capacitem no sentido de colocar a Agricultura Familiar portuguesa a beneficiar da importância que detém, do que representa e do que já vem fazendo. Por exemplo através da real concretização do Estatuto da Agricultura Familiar.

**A criação do CeCAFA - Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agro-ecologia**

Foi criado em Dezembro de 2021, por iniciativa da CNA, o CeCAFA - Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia que reúne entidades da administração, ensino superior, associações de agricultores e de produtores florestais, dos baldios, e do desenvolvimento local com o objectivo de fortalecer a Agricultura Familiar e a Agro-ecologia em Portugal.

CeCAFA
Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia

**Entidades fundadoras do CeCAFA:**

Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas - MARP;
Associação dos Jovens Agricultores de Portugal - AJAP;
Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento - ACTUAR;
Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local - ANIMAR;
Confederação Nacional da Agricultura - CNA;
Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – DGADR;
Federação Minha Terra;
Federação Nacional de Baldios - BALADI;
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. - INIAV, I.P.;
Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior Agrária de Coimbra - ESAC;
Instituto Politécnico de Viseu – Escola Superior Agrária - ESAV;
Instituto Superior de Agronomia - ISA;
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD.

Esta estrutura tem como missão contribuir, no contexto da Agricultura Familiar, para uma transição justa e inclusiva, apoiando a autonomia das explorações e a adaptação/mitigação às alterações climáticas, a gestão eficiente de recursos, a valorização da profissão (financeira, renovação geracional, a igualdade de género), a promoção dos conhecimentos tradicionais agro-ecológicos, a aposta em circuitos curtos de comercialização e a salvaguarda da saúde dos consumidores, dos agricultores/as e dos ecossistemas agrícolas.

Para tal, o CeCAFA propõe-se ao cumprimento dos seguintes objectivos (CeCAFA,2021):

• Investigação, transferência de conhecimento e capacitação:

» Melhorar o modelo de gestão e organizacional da exploração;

» Acesso a soluções tecnológicas (ex. eficiência energética, economia circular e adaptação/mitigação às alterações climáticas);

» Técnicas e princípios agro-ecológicos e integração nos processos produtivos, de transformação e de comercialização;

» Preservação e valorização dos serviços dos ecossistemas prestados pelas suas explorações;

» Conhecimento e diversidade biológica, tecnológica e cultural tradicionalmente transmitida de geração em geração;

» Papel e valor do/as agricultores/as familiares na construção de sistemas alimentares sustentáveis;

» Cooperação nacional, regional e internacional, com entidades que se dedicam à investigação, promoção, divulgação e capacitação do/as agricultores/as familiares no âmbito dos princípios agro-ecológicos.

• Políticas Públicas

» Recolha de dados para a monitorização da realidade da Agricultura Familiar em Portugal e do impacto das políticas públicas;

» Recolha de dados que contribuam para a definição de rendimentos justos para o/as agricultores/as familiares, através do mercado, das políticas e das dinâmicas e programas locais/nacionais;

» Criação e reforço de dinâmicas colectivas em torno da agricultura familiar, da agro-ecologia e dos sistemas alimentares sustentáveis ao nível local e nacional;

» Promoção dos Circuitos Curtos de Comercialização de produtos Agro-alimentares baseados em práticas agro-ecológicas, com garantia de qualidade atestada com base no reconhecimento do sistema de garantia de qualidade "Sistemas Participativos de Garantia" (SPG), e com origem no universo da Agricultura Familiar.

**Conclusão**

A agro-ecologia constitui um modelo alternativo de produção ao modelo agro-industrial de produção dominante no mercado que visa a transformação dos modos de produção e consumo, com base na Agricultura Familiar com vista à Soberania Alimentar dos povos, pela:

- Valorização do sistema de produção alimentar local;
- Criação/fortalecimento das ligações urbano-rurais, valorizando os camponeses, os pastores, os agricultores urbanos, as mulheres e os jovens;
- Geração e preservação do conhecimento local;
- Promoção da justiça social;
- Estimulação da identidade e da cultura;
- Fortalecimento da vitalidade das economias rurais.

Para tal é importante investigar, conhecer e apoiar a Agricultura Familiar nesta transformação que se quer justa e é necessária também através da definição e concretização de políticas públicas que a promovam, como por exemplo o Estatuto da Agricultura Familiar.

## Bibliografia


CeCAFA (2021). CeCAFA – Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologoa – Protocolo de Constituição. Homologado a 27 de Dezembro de 2021 pela Sra. Ministra da Agricultura. *https://inovacao.rederural.gov.pt/centros-de-competencias* Consultado em Março de 2022.

CEVC (2022). *Agroecología Campesina según ECVC.* Coordenadora Europea Via Campesina. *https://www.eurovia.org/peasant-agroecology-according-to-ecvc/* Consultado a 18 de Abril de 2022.

CIDSE (2018), *Os princípios da Agroecologia: rumo a sistemas alimentares justos, resilientes e sustentáveis.* CIDSE juntos para a justiça global. Bélgica. Abril de 2018. Consultado em Março de 2022. Disponível na internet: *www.cidse.org/resources* e integra um dossiê multimédia com recursos adicionais: *https://agroecologyprinciple.atavist.com*

CNA (2021, Abril 22). *Agroecologia, o reencontro com a Terra.* Confederação Nacional da Agricultura. Comunicado de Imprensa. *https://cna.pt/news/show/334.html*

CRE (2021), *Agroecologia,* Parecer apresentado na 142.ª reunião plenária de 3,4 e 5 de Fevereiro de 2021. Comité das Regiões Europeu. CDR 3137/2020. Relator: CROS Guillaume. Comissão dos Recursos Naturais (NAT). Adoptado a 5 de Fevereiro de 2021. Consultado em Março de 2022. Disponível na internet: *https://cor.europa.eu/pt/our-work/Pages/OpinionTimeline.aspx?opId=CDR-3137-2020*

FAO (2018). *The 10 elements of Agroecology: Guiding the transition to sustainable food and agricultural systems.* Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/UN). Roma, Itália. Consultado em Março de 2022. *https://www.fao.org/documents/card/en/c/I9037EN/*

HLPE (2019). *Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition.* A report by the high-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome *http://www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/en*

RCM (2020). Aprova a Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030. Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de Outubro de 2020. Diário da República n.º 199/2020, Série I de 2020-10-13, páginas 38 – 59. Presidência do Conselho de Ministros. *https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/86/2020/10/13/p/dre/pt/html Consultada em Março de 2022.*

RRN (2022). *Já conhece as propostas dos ecoregimes?* Publicada a 06/05/2021. Rede Rural Nacional (Página Oficial). Consultada em Abril de 2022. *https://www.rederural.gov.pt/12-informacao/3696-ja-conhece-as-propostas-dos-ecoregimes*

Wezel A, Herren B. G., Kerr, R. B., Barrios, E. Gonçalves, A. L. R., Sinclair, F. (2020) *Agroecological principles and elements and their implications for transitioning to sustainable food systems.* A review. Agronomy for Sustainable Development. Publicado Online a 27 de Outubro de 2020. Consultado em Abril de 2022. Disponível na internet: *https://doi.org/10.1007/s13593-020-00646-z*




# BOLETIM DE PREÇOS - SEMANA 04/04/2022

| PRODUTO | PREÇO ORIGEM €/KG (AGRICULTOR) | PREÇO DESTINO €/KG (CONSUMIDOR) | DIFERENÇA EM € | DIFERENÇA EM % |
|---|---|---|---|---|
| Abóbora | 0,36 | 1,09 | 0,73 | 203% |
| Cebola | 0,48 | 1,36 | 0,88 | 183% |
| Cenoura | 0,34 | 0,67 | 0,33 | 97% |
| Couve Brócolo | 0,80 | 2,09 | 1,29 | 161% |
| Couve Flor | 0,39 | 1,49 | 1,10 | 311% |
| Couve Repolho | 0,30 | 1,19 | 0,89 | 297% |
| Couve Portuguesa | 0,50 | 1,49 | 0,99 | 198% |
| Couve Lombardo | 0,20 | 0,94 | 0,74 | 370% |
| Nabo | 0,28 | 1,44 | 1,17 | 414% |
| Laranja | 0,49 | 1,82 | 1,33 | 271% |
| Limão | 0,51 | 1,39 | 0,88 | 173% |
| Kiwi | 1,59 | 1,99 | 0,40 | 25% |

Fonte dos Preços na Origem: Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA)/ GPP
Fonte dos Preços no Destino: Consulta a vários pontos de venda / grandes superfícies

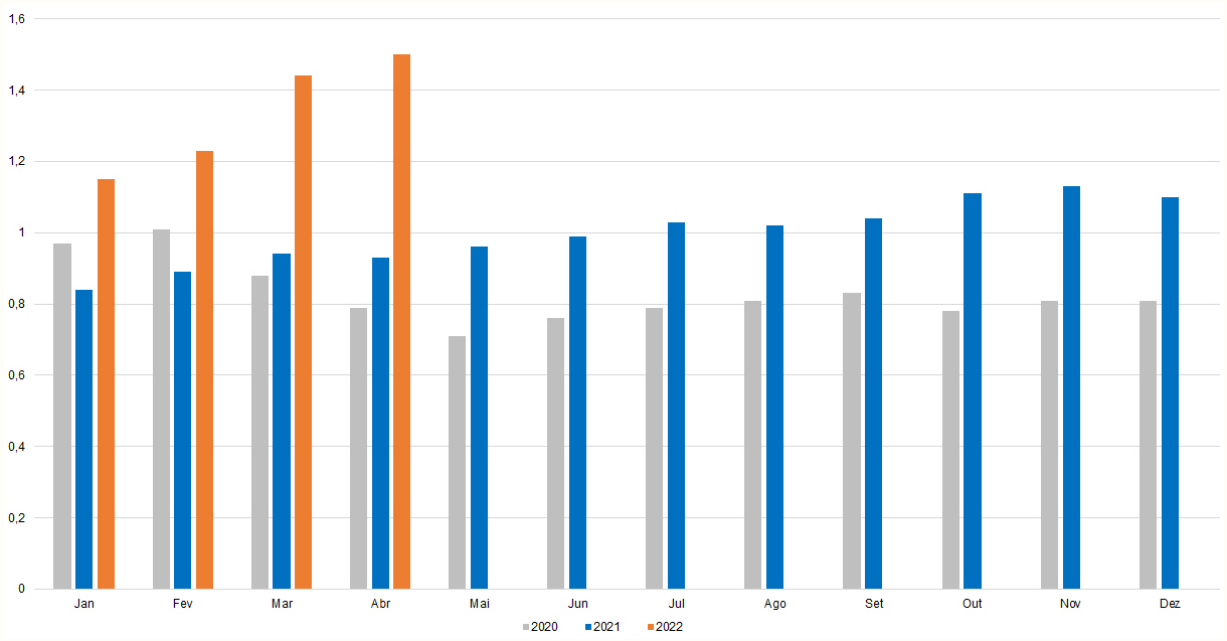
Co-financiado por:
PDR2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014·2020
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais

# Evolução de Preços do Gasóleo Colorido e Marcado

**O gasóleo colorido e marcado é vulgarmente conhecido por gasóleo verde ou por gasóleo agrícola**

| | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Média |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2020** | 0,97 | 1,01 | 0,88 | 0,79 | 0,71 | 0,76 | 0,79 | 0,81 | 0,83 | 0,78 | 0,81 | 0,81 | **0,83** |
| **2021** | 0,84 | 0,89 | 0,94 | 0,93 | 0,96 | 0,99 | 1,03 | 1,02 | 1,04 | 1,11 | 1,13 | 1,1 | **1,00** |
| **2022** | 1,15 | 1,23 | 1,44 | 1,50 | | | | | | | | | **1,33** |

***Valores em euros/litro***







**O preço por litro de gasóleo agrícola tem aumentado de forma exponencial.**
**No gráfico acima temos a comparação com os meses e anos anteriores.**

**Estes aumentos têm encarecido muito os custos de produção nas explorações agrícolas nos últimos meses.**

Fonte: Portal Preços dos Combustíveis Online / Direcção-Geral de Energia e Geologia

# CNA recebida em Audiência pela Ministra da Agricultura e da Alimentação

A CNA foi recebida em Audiência no Ministério da Agricultura e Alimentação, no dia 19 de Abril, em Lisboa, a convite da Ministra Maria do Céu Antunes.

Na audiência, em que esteve também o Secretário de Estado da Agricultura, Rui Martinho, a CNA transmitiu as suas principais preocupações face à difícil situação do sector e reafirmou reclamações e propostas concretas para a melhoria das condições da Agricultura Familiar.

Neste contexto, a CNA frisou a importância da necessidade de rápida concretização das medidas anunciadas pelo Ministério para fazer face ao aumento dos custos de produção, para que as ajudas cheguem aos agricultores a tempo de atenuar as despesas incomportáveis das explorações.

Entre os temas abordados pela Confederação, destaque para a reafirmação da proposta de criação de uma lei que proíba que se pague aos agricultores abaixo dos custos de produção, como forma de garantir rendimentos dignos e a viabilidade económica das explorações agrícolas.

A necessidade de concretização efectiva e articulada das medidas preconizadas no Estatuto da Agricultura Familiar, de serem pagas as indemnizações aos agricultores com prejuízos causados por javalis e outros animais selvagens e de se concluírem importantes investimentos no regadio, como no caso da Cova da Beira, foram outras das questões colocadas pela CNA.

Outros assuntos importantes para o desenvolvimento da Agricultura Familiar e do Mundo Rural e para a defesa dos rendimentos e de uma vida digna para os pequenos e médios agricultores foram reafirmados com a entrega da Moção “15 Medidas Urgentes” aprovada pelos agricultores presentes na manifestação promovida pela CNA e Filiadas, a 24 de Março, em Braga.

Nesta primeira reunião bilateral com a tutela, e considerando que nesta nova legislatura a área da Alimentação está sob alçada da Sra. Ministra da Agricultura, a CNA não poderia deixar de valorizar o papel determinante da Agricultura Familiar na construção da Soberania Alimentar do país e na garantia de uma alimentação de qualidade, de proximidade e acessível à população.

Neste sentido, a Confederação reafirmou a importância da concretização da proposta da CNA para que, até 2030, 30% do abastecimento de produtos agrícolas das cantinas públicas tenha origem na Agricultura Familiar portuguesa.

*Integraram a delegação da CNA os dirigentes Adélia Vilas Boas, Alfredo Campos, Aníbal Cabral, Lucinda Pinto e Pedro Santos.*



Fotografia: Ministério da Agricultura


4 a 12 de junho
Bem-vindo ao futuro.
Feira Nacional de Agricultura
Feira do Ribatejo
FNA22
Inovação & Tecnologia
CNEMA SANTARÉM

# É preciso dar resposta às dificuldades que as Mulheres enfrentam diariamente




Com o lema "Semeando soberania e solidariedade alimentar, colhemos direitos e uma vida digna!", as mulheres organizadas na MARP – Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas, junto com a CNA, participaram na Manifestação Nacional de Mulheres promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM), no Porto (5 de Março) e em Lisboa (12 de Março).

Estas iniciativas que assinalaram o Dia Internacional da Mulher (8 de Março) revestem-se de grande importância para a afirmação da luta das mulheres agricultoras e rurais, que enfrentam hoje mais dificuldades.

A brutal escalada de preços dos factores de produção, sem o devido acompanhamento dos preços pagos na produção e o acumular de prejuízos que se vêm a verificar ao longo dos anos, agravam a situação de fragilidade, sobrevivência e manutenção das pequenas e médias explorações agrícolas, denunciou a MARP por ocasião da efeméride.

A somar, a vida das populações rurais, particularmente das mulheres, é agravada pela escassez de serviços públicos em qualidade e quantidade nas aldeias e vilas.

Num ano particularmente seco, as mulheres agricultoras alertam para o perigo das alterações climáticas que anunciam grandes mudanças… "Agora é a seca e a escassez de água, no futuro o que virá?", questiona a MARP, denunciando a falta de medidas eficazes por parte do Governo, quer para acudir à situação no imediato, quer para preparar o futuro.

Entre as medidas em falta, a MARP e a CNA denunciam a demora na concretização plena do Estatuto da Agricultura Familiar com a valorização do papel das mulheres agricultoras.

## Participação da MARP na Manifestação de 24 de Março em Braga

Pelas razões elencadas, a MARP participou na Manifestação promovida pela CNA e Filiadas, em Braga, a 24 de Março, por ocasião da abertura da Feira AGRO. Muitas mulheres agricultoras de vários pontos do país estiveram em Braga a reclamar mais apoios em defesa do seu trabalho e por melhores condições de vida.

**Mulheres apelam à paz**

"Não somos alheias ao terror da guerra e dos conflitos entre os Povos, onde quem mais sofre são invariavelmente os mais frágeis, em especial as mulheres, as crianças e todos os camponeses que vêem os seus campos destruídos. Apelamos ao fim imediato do conflito! Apelamos às negociações pela via diplomática! Apelamos à Paz no Leste da Europa e em todas as zonas de conflito no Mundo!"

*Comunicado MARP, 8 de Março de 2022*

## BALADI promove VII Conferência Nacional dos Baldios a 23 de Julho

A VII Conferência Nacional dos Baldios, promovida pela BALADI – Federação Nacional dos Baldios, realiza-se a 23 de Julho, na Aula Magna da UTAD – Universidade de Trás-os--Montes e Alto Douro, em Vila Real.

"Novos Modelos de Gestão: Agrupamentos de Baldios", "Os Baldios e o Regime Florestal: Uma Questão a Resolver" e "Energias e Serviços Ambientais Comunitários: Novas Oportunidades" são alguns dos temas que estarão em debate. O programa completo será divulgado muito em breve.

A participação é gratuita, mas sujeita a inscrição obrigatória, que poderá ser feita no sítio da BALADI, em www.baladi.pt






## Publicados três manuais de formação no âmbito do projecto "e-Formar Jovens Agricultores"

No âmbito do Projecto "e-Formar Jovens Agricultores", do qual a CNA é entidade parceira, foram desenvolvidos três manuais de formação que permitem apoiar a formação destinada a operadores/agricultores, de modo a contribuir para melhorar a qualidade e a eficácia da formação profissional dos jovens agricultores.

O projecto, enquadrado na área temática "Jovens nos Territórios Rurais e Luta Contra a Desertificação (JLD)" no âmbito do tema "Jovens - partilha e difusão do conhecimento", teve como actividade prioritária a produção de conteúdos formativos nas áreas da agricultura geral, empreendedorismo agrícola e gestão e marketing.

O Projecto "e-Formar Jovens Agricultores", aprovado no âmbito da operação: 20.2.4 - Assistência Técnica RRN - área 4 (Observação da Agricultura e dos Territórios Rurais) / Anúncio: 03 / Operação 20.2.4/ 2019, foi desenvolvido numa parceria entre a CNA – Confederação Nacional da Agricultura, DGADR – Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal; CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal e CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas e do Crédito Agrícola de Portugal.

**Para ter acesso aos manuais, visite o sítio da CNA: https://cna.pt/news/show/476**

## 17 de Abril – Dia Internacional da Luta Camponesa

# Perante a guerra e a crise, ECVC exige defesa da Soberania Alimentar

Por ocasião do Dia Internacional da Luta Camponesa, que se comemora a 17 de Abril, a Coordenadora Europeia Via Campesina (ECVC) enviou uma carta aberta a várias personalidades institucionais da União Europeia reclamando um quadro político sólido que permita que a Soberania Alimentar seja alcançada em cada país da Europa e do Mundo e a exigir uma melhor preparação para enfrentar crises alimentares.

Para a ECVC, as fragilidades existentes nas cadeias de abastecimento alimentar e energético foram expostas pelos acontecimentos mundiais dos últimos dois anos, incluindo a guerra na Ucrânia e outros conflitos armados mundiais.

Estas fragilidades resultam do privilégio de um punhado de organizações poderosas e comprometem o acesso a alimentos frescos, saudáveis e suficientes para os povos do mundo. Por isso, a ECVC exige que o controlo dos sistemas alimentares e de produção seja devolvido às mãos da população, na forma de Soberania Alimentar e que o papel dos agricultores familiares seja mais valorizado, através do acesso à terra, às sementes, aos recursos e aos mercados.

Entre as medidas concretas para o conseguir, a ECVC destacou a garantia de um rendimento justo para os agricultores e trabalhadores agrícolas através de medidas de regulação do mercado e da aplicação da directiva da UE sobre práticas comerciais desleais nos diferentes países.

De acordo com Andoni García Arriola, membro do Comité Coordenador da ECVC, "a alimentação é um direito humano básico e não pode ser tratada como mercadoria. Devemos repensar toda a abordagem dos sistemas de produção de alimentos e começar a comercializar de uma forma que proteja os meios de subsistência dos produtores de alimentos, o que significa não colocar os agricultores uns contra os outros numa concorrência desleal. Temos que retirar a agricultura dos Tratados de Livre Comércio e devemos concordar que a OMC não é o espaço certo para discutir questões alimentares e agrícolas."

## Porque se assinala o Dia da Luta Camponesa a 17 de Abril?

Organizações de camponeses e movimentos sociais de todo o Mundo assinalam este dia em memória do "Massacre de Eldorado do Carajás", ocorrido em 1996, em que foram assassinados pela polícia 19 sem-terra no município de Eldorado do Carajás, no sul do Pará, Brasil.

Hoje, continuam a ser perseguidos camponeses, indígenas e activistas que lutam pelo direito à terra, pelo direito a produzir, por um Mundo mais justo e solidário.

Assinalar esta data e lutar todos os dias em defesa dos pequenos e médios agricultores é essencial para garantir os Direitos dos Camponeses, uma alimentação de qualidade, a paz e a solidariedade entre os povos.

Podem contar com a firmeza da CNA e Filiadas nesta luta!

Enterro das vítimas do Massacre de Eldorado do Carajás, 1996.
Foto: J.R.Ripper | *site* do MST



# "É o modelo de Agricultura Familiar que traz e incorpora efectivamente os jovens e as suas famílias no Mundo Rural"



*José Miguel Gonçalves "sempre quis ser agricultor". Hoje, com 49 anos e depois de vários anos de formação na área agrícola, produz mirtilos em Modo de Produção Biológico, numa área de dois hectares, situada no concelho de Cinfães, em plena Serra de Montemuro. Instalou-se como jovem agricultor há 9 anos e afirma que é a Agricultura Familiar o modelo capaz de fixar jovens nos territórios rurais, mas para isso é necessário resolver o problema dos baixos rendimentos da actividade agrícola.*

**Voz da Terra: Quais os motivos que o levaram a enveredar pela actividade agrícola?**

**José Gonçalves:** Em primeiro lugar o gosto pela actividade agrícola. Desde cedo quis dedicar-me profissionalmente à agricultura e daí ter feito o ensino secundário na Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento e posteriormente ter tirado o curso de Engenharia Agro-pecuária na Escola Superior Agrária de Coimbra. A outra razão foi a questão financeira e a de encontrar outras fontes de rendimento para além do trabalho por conta de outrem.

**VT: Como decorreu o processo de candidatura aos apoios do Programa de Desenvolvimento Rural?**

**JG:** Foi um processo complicado, pela burocracia inerente e pelos tempos de aprovação, que são demorados.

**VT: Principais dificuldades que encontrou antes da instalação, durante e actuais?**

Os principais problemas que tenho tido são ao nível fiscal, da fitossanidade e da comercialização.

Ao nível das questões fiscais, durante o processo de instalação produziram-se alterações das regras fiscais que poderiam ter colocado em causa o projecto, como por exemplo passarem a considerar 75% das ajudas ao investimento como rendimento para efeitos de IRS. Depois tive problemas fitossanitários, em que dois terços das plantas de mirtilo adquiridas estavam contaminadas com *Phytophthora* e a lei protege os viveiristas porque considera as plantas permanentes (no acto da compra) como um bem móvel e, como tal, há apenas 6 meses para reclamar, ou seja, tive que fazer a reposição do pomar às minhas custas porque o viveirista não assumiu qualquer tipo de responsabilidade.

Ao nível das questões comerciais todos os anos é um verdadeiro desafio, a fruta tem de ser colhida no momento certo e tem de ser entregue nesse mesmo dia, uma vez que não possuo instalações de frio, ao mesmo

tempo, quase todas as semanas a situação do mercado se altera em termos de oferta e procura e, consequentemente, em termos de preços.

Aqui a qualidade é um aspecto fundamental, principalmente quando começa a haver excesso de fruta no mercado. Depois há sempre a dificuldade de suportar todas as despesas de manutenção até que o projecto esteja totalmente desenvolvido, consolidado e seja rentável.

**VT: Fez algum estudo de mercado para avaliar a capacidade de escoamento dos produtos? Como comercializa a sua produção?**

**JG:** Não fiz propriamente um estudo de mercado. Fiz várias pesquisas e estudei diferentes possibilidades. Eu faço venda directa, já comercializei por via de uma associação de produtores de pequenos frutos que criamos na região mas que acabou por fechar por diversas razões, e hoje escoo a produção principalmente por dois ou três comercializadores, alguns deles também produtores de frutos vermelhos.

A questão de estar no Modo de Produção Biológico, mais do que uma questão de preço, tem importância na diversificação das possibilidades de escoamento.

**VT: No processo de elaboração e instalação, teve algumas preocupações ambientais e sociais?**

**JG:** Sim, como disse a produção está certificada no Modo de Produção Biológica.

**VT: Que perspectivas tem em relação ao futuro da sua exploração, agora que já passaram os cinco anos de duração do projecto?**

**JG:** As perspectivas de momento são boas. No ano passado tive uma boa rentabilidade e este ano as expectativas são igualmente boas, prevendo ultrapassar as 10 toneladas de mirtilo comercializado. Agora na agricultura tudo pode mudar de uma hora para a outra, é uma profissão de alto risco, não só por toda a instabilidade nos mercados, mas também pelas questões climáticas, pragas e doenças, para além das questões das regras fiscais que constantemente estão a alterar.

**VT: Portugal tem a população agrícola mais envelhecida da Europa (UE28). Na sua opinião, o que dificulta o rejuvenescimento do tecido agrícola e o que é necessário para que mais jovens se incorporem com sucesso na Agricultura?**

**JG:** Eu penso que para além de incorporar é necessário manter quem se incorpora para além dos 5 anos e é o modelo de agricultura familiar que traz e incorpora efectivamente os jovens e as suas famílias no mundo rural, não é a agricultura industrial, e como tal é necessário solucionar a perda de rendimento de que padece a agricultura familiar. Sem que tal aconteça grande parte dos processos de instalação continuarão a falhar.



**VT: Que benefícios espera obter com o Estatuto da Agricultura Familiar, que entrou em vigor em Agosto de 2018?**

**JG:** Aqueles que estão previstos no Decreto-Lei que estabelece o estatuto. A verdade é que muitos dos benefícios previstos aí estão por regulamentar. Outro problema são os critérios de elegibilidade que são muito apertados e que fazem que num ano um agricultor seja elegível e no ano seguinte já não o seja, por exemplo, em virtude dos dados da declaração de IRS do ano anterior.

## BRAGA | 24 MARÇO







## PORTO DE MÓS | 1 ABRIL



## LOURIÇAL | 10 ABRIL



## S. MAMEDE | 20 ABRIL



## OVAR | 6 ABRIL



## FUNDÃO | 18 ABRIL



## MONTEMOR-O-VELHO > COIMBRA | 29 ABRIL




# QUEREMOS PRODUZIR!